

A FORÇA DA IMAGEM NA CONSTITUIÇÃO DO DIZER E O SILENCIAMENTO DOS SEM-TERRA NA CAPA DA *VEJA*

Airton Donizete de Oliveira¹

Resumo: Este artigo analisa uma capa da revista *Veja* publicada em 19 de junho de 1985, com o título: “Reforma agrária: Os fazendeiros se arman”, seguido da chamada: “Invasor que pisar aqui leva chumbo. Vem que tem - Trajano Bicalho, guardião da fazenda Camarões no Norte de Goiás”. A capa é o espaço nobre de uma revista. Por meio dela, o leitor pode ou não avançar na leitura interna. Portanto, ela é fundamental no sucesso de uma publicação. Na capa em questão, os efeitos de sentido determinam sua significação. Para analisá-la é utilizada a metodologia Análise de Discurso. Nesta capa, há uma relação de poder entre os fazendeiros, que se defendem com jagunços armados, e os Sem-Terra, que promovem ocupações e forçam a realização da reforma agrária.

Palavras-chave: imagem; MST; *Veja*.

Abstract: This paper analyzes a cover of “*Veja*” magazine published on the 19th of June, 1985, which is entitled: “Agrarian Reform: Farmers are armed,” followed by the calling: ‘Invasor who steps here will be shot. That has come - Trajano Bicalho, the farm guardian in northern Camarões Farm in Goiás’. The cover is the noble space of a magazine. Through it, the reader may or may not advance in the internal reading. Therefore, it is fundamental to the success of a publication. On the front cover in question, the effects of sense determine its significance. To analyze it, it is used the methodology Analysis Discourse. In this case, there is a power relationship between the farmers, who defend themselves with armed guards, and Landless, occupations that promote and enforce the implementation of agrarian reform.

Keywords: Image; MST; “*Veja*”.

¹ Mestrando em Comunicação Visual na Universidade Estadual de Londrina (UEL) - donijornalismo@gmail.com

Introdução

O presente artigo analisa uma capa da revista *Veja* publicada em 19 de junho de 1985 com o título: “Reforma agrária: Os fazendeiros se armam”, e a chamada: “Invasor que pisar aqui leva chumbo. Vem que tem - Trajano Bicalho, guardião da fazenda Camarões no Norte de Goiás”. As capas de revistas semanais, a exemplo de *Veja*, estampam imagens, título e chamadas sobre os mais diversos assuntos. Ao retratar os Sem-Terra em sua capa, *Veja* expõe sua posição sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O objetivo geral deste trabalho – investigar os efeitos de sentido na capa em questão – é seguido de objetivos específicos: Analisar elementos que ajudam a formar a imagem exposta nesta capa da *Veja* sobre o MST; realizar análise de tal capa com base na história da *Veja* e do MST e demonstrar os efeitos de sentido presentes nela.

Nas bancas de rua ou na internet revistas exibem suas capas, que funcionam como vitrines. Por meio delas, o leitor pode avançar ou não na leitura interna. Por isso, esta análise se aterá apenas a esta capa de *Veja* sobre o MST, não avançando ao conteúdo interno da revista. Com tamanha exposição, a postura de *Veja* sobre o movimento pode confundir o leitor que não o conhece. Daí a importância desta análise, que também pode auxiliar professores em sala de aula. Por meio de um programa “Veja na Sala de aula”, criado pela Editora Abril, que edita *Veja*, muitos se utilizam da revista em suas aulas no ensino médio.

Alvo da censura militar, *Veja*, publicada pela Editora Abril, chegou ao mercado editorial em 1968 para substituir a revista *Realidade*. Também editada pela Abril, saiu de circulação em 1976. Desde então, *Veja* mantém uma linha editorial voltada ao pensamento neoliberal, com destaque para assuntos do cotidiano. É uma publicação que apóia a livre iniciativa e o sistema neoliberal de governo. Em seu primeiro número que foi às bancas, em setembro de 1968, *Veja* estampou uma capa sobre o comunismo na então União Soviética, com o título: “O grande duelo no mundo comunista”. Um fundo vermelho ressalta a sombra da foice e do martelo em preto. Assim, a revista começava a demarcar sua linha editorial.

Os ataques de *Veja* ao MST revelam o propósito da revista em destruir a identidade do movimento, que está relacionada às lutas sociais que outrora existiram no Brasil. Uma das principais organizações surgidas no Brasil pós-ditadura militar, os Sem-Terra talvez sejam a única entidade civil que consegue pressionar o Governo Federal e mostrar à sociedade que o Brasil precisa realizar a reforma agrária. Esta é uma reivindicação antiga. A concentração de terra no Brasil vem desde os tempos da Colônia e está ligada à falta de cidadania, que também perdura desde aquela época. (CARVALHO, 2001) lembra que um traço marcou durante

séculos a economia e a sociedade brasileiras: o latifúndio monocultor e exportador de base escravista.

A concentração de terra no Brasil começou com as capitâneas hereditárias e não mudou. Indivíduos determinados pela Coroa se apossavam da propriedade, que era repassada de pai para filho. A reforma agrária sempre ficou em segundo plano. A mudança nunca interessou ao Estado e à classe dominante. Uma de suas armas é a grande mídia, um dos aparelhos ideológicos de Estado. Se outrora era assim, não interessa ao Estado e à classe dominante que haja mudanças.

Podemos constatar que enquanto o aparelho (repressivo) de Estado, unificado, pertence inteiramente ao domínio público, a maioria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (na sua dispersão aparente) releva pelo contrário do domínio privado. Privadas são as igrejas, as famílias, os sindicatos, algumas escolas, a maioria dos jornais, as empresas culturais, etc. etc. (ALTHUSSER, 1974, p. 45).

Para analisar a presente capa de *Veja* sobre o MST, é utilizada a metodologia Análise de Discurso (doravante AD).

A revista *Veja*

A imprensa se alastrou pelo Brasil, mas não mudou seu perfil editorial. Ou seja, não deixou de ser comandada pela classe dominante. Passou pela ditadura do Estado Novo (1937/1945), período em que muitos jornais e revistas foram fechados por determinação do Governo Federal. A ditadura civil/militar (1964/1985) deu outro golpe na imprensa. Jornais, revistas, rádios e canais de televisão passaram a conviver com a censura. Mas o golpe fatal veio em 1968 com o decreto que impôs o Ato Institucional Cinco, o AI-5. A censura endureceu. Neste cenário nasceu a revista *Veja*, criada em 1968, pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta.

No começo, *Veja* teve dificuldades. Lutou contra a censura do Governo Militar, até acertar sua fórmula. As vendas começaram a se expandir quando a revista passou a ser vendida por assinatura, em 1971. Hoje, as assinaturas correspondem a 80% da venda dos seus 1,2 milhões de exemplares semanais. Segundo (SCALZO, 2009), para formar a primeira equipe de *Veja*, a Editora Abril selecionou em todo o país, e treinou durante três meses, 100 jovens com formação superior, dos quais 50 foram aproveitados na Redação. Era o primeiro curso de jornalismo da empresa, e também o primeiro a falar de jornalismo em revista. Tal prática é mantida até hoje. Os jornalistas que atuam nas revistas do grupo são selecionados

por meio de treinamento comandado pela Editora Abril. *Veja* é hoje a quarta revista de informação mais vendida no mundo, atrás das norte-americanas *Time* e *Newsweek* e da inglesa *The Economist*.

Veja trata de temas do cotidiano da sociedade brasileira e do mundo, como política, economia, cultura e comportamento; tecnologia, ecologia e religião por vezes também são abordadas. Possui seções fixas de cinema, literatura, música, entre outras variedades. A maioria dos seus textos é elaborada por jornalistas, porém nem todas as seções são assinadas. No Brasil, de acordo com (SCALZO, 2009), a primeira concorrente de *Veja* foi *Visão*, que já existia quando a revista da Editora Abril foi lançada. Depois vieram *IstoÉ*, *Senhor*, *Afinal*, *Época*, *Carta Capital*, *Caros Amigos*, *Piauí*, entre outras. O leitor de *Veja* se assemelha ao da revista *Visão* que, lançada em 1952, tinha linha editorial voltada para um público formado por empresários, executivos e integrantes da classe média.

Visão aproveitou a consolidação de uma sociedade urbana e industrial no país, na década de 1950, e criou um modelo de jornalismo que privilegiava a análise, a clareza das informações e a capacidade de síntese. Daquela década em diante, a chamada grande imprensa tem tido um papel político central na história do Brasil. A partir dali, segundo (SILVA, www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimpósio/completos/carlasilva.pdf), os veículos de imprensa passaram a se vender como “informativos” e não mais como “opinativos,” que seriam apenas os jornais vinculados aos partidos políticos. “Nesse período também se dissemina a ideia de que a imprensa seria o “quarto poder”, acima dos demais vigiando. Mais um motivo para sua atuação política ficar ainda mais protegida”, acrescenta SILVA.

MST: herdeiro de lutas históricas

Se a chamada grande imprensa está em poder da classe dominante, com a terra não é diferente. Um rápido olhar pela historiografia brasileira revela os levantes e revoltas de movimentos sociais que apregoavam mudanças na condução política do país. Canudos (revolta no sertão baiano entre 1893 e 1897, que culminou com a morte de 25 mil pessoas), Guerra do Contestado (conflito que se deu na divisa entre Paraná e Santa Catarina, em 1913, que teria provocado a morte de 20 mil pessoas), Revolta de Palmares (ataque das forças governistas contra o Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, hoje interior de Alagoas, no qual morreu Zumbi dos Palmares) entre outros, demonstram insatisfação com um Estado

que sempre deixou o povo em segundo plano. A luta desses movimentos não cessou. Ela continua viva e, hoje, tem no MST seu legítimo representante.

Portanto, a reforma agrária é uma reivindicação antiga. A concentração de terra no Brasil vem do período colonial e está ligada à falta de cidadania, que também perdura desde aquela época. O modelo de colonização português não privilegiava a formação de uma nação. Em 1500, eles chegaram ao Brasil e depararam com um imenso território. Não titubearam em usar a força para dominar os donos das terras, que aqui viviam. Eram cerca de 5 milhões de índios, que foram submetidos ao modo de produção, às leis e à cultura portuguesa. Toda a terra brasileira passou a ser propriedade da Coroa Portuguesa. Os que aqui chegaram receberam concessão de uso. Um direito hereditário, ou seja, os herdeiros dos grandes fazendeiros podiam continuar com a posse das terras e sua exploração.

Em 1850, a Coroa, sofrendo pressões inglesas para substituir a mão de obra escrava pelo trabalho assalariado, com a conseqüente e inevitável abolição da escravidão, e para impedir que, com a futura abolição, os então trabalhadores ex-escravos se apossassem das terras, promulga, naquele ano, a primeira lei (Lei 601) de terras do país (STÉDILE, 2005, p. 24).

Tal ato jurídico consolidou a propriedade privada no Brasil e, a partir daí, formaram-se os grandes latifúndios que persistem até hoje. Com o fim da escravidão, em 1888, e chegada dos imigrantes europeus, surgiu o campesinato brasileiro. Até então, havia apenas trabalhadores escravizados, vindos da África ou retirados das comunidades nativas, indígenas. Em 1930, uma revolução burguesa leva ao poder Getúlio Dornelles Vargas, que fica no comando do país até 1945. A oligarquia rural se enfraquece e faz uma aliança com a burguesia urbana. Uma das causas do êxodo rural. Os camponeses deixam a roça e se iludem com novos empregos e salários na indústria. A crise pela falta da terra se agrava. O Brasil vê o nascimento, entre 1950 e 1964, das ligas camponesas (movimento ocorrido no sertão pernambucano liderado por Francisco Julião Arruda de Paula, cujo objetivo era fazer a reforma agrária) e outros movimentos que exigiam a realização da reforma agrária no Brasil.

Esses movimentos foram esmagados pela ditadura militar, que se instalou no país em 1964. O latifúndio derrotou a reforma agrária. Pessoas que lutavam por esta causa foram mortas, presas ou exiladas. Mas o governo militar até que ensaiou realizá-la, mas as iniciativas não foram avante. A grande concentração de terra prevaleceu. Entre 1978 e 1980, no auge da luta pela redemocratização, surge uma nova forma de pressão dos camponeses: as ocupações organizadas por centenas de famílias. No início de 1984, os participantes dessas

ocupações realizam o primeiro encontro, dando nome e articulação própria ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A primeira reunião oficial, que sacramenta a criação do MST, ocorreu em 1984 no Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra, em Cascavel, no Paraná. Mas não se pode dizer que o MST nasceu em 1984. Ele é fruto de uma história de luta. Não é uma luta contra este ou aquele governo. É contra o sistema que impera no Brasil desde que os portugueses aqui chegaram. Até hoje não se fez uma verdadeira reforma agrária no Brasil.

Capas funcionam como isca

Com isso, a questão da terra passou a ser fundamental para os grandes proprietários. A chamada grande imprensa, que na sua maioria serve ao capital, é usada para combater os Sem-Terra. A revista *Veja* é um desses meios, que transformou suas capas numa espécie de artilharia contra o MST. Capas de revista funcionam como síntese da edição. Nela é destacado o assunto principal com chamadas para assuntos de menor importância, conforme definido por cada editor. Mas a capa tem um objetivo especial: fisgar o leitor. A partir dela, ele pode ou não folhear a revista.

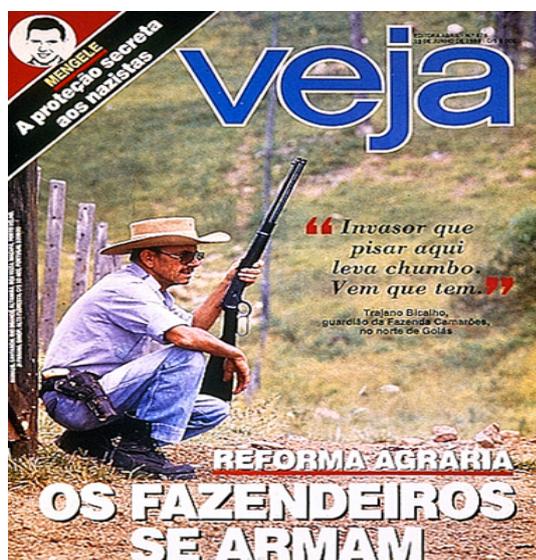
Pela exibição quer seja nas bancas ou mesmo na internet, a capa é quase uma revista dentro da revista. Muitas vezes, o leitor se atém a ela, sem avançar no assunto interior. Para (SCALZO, 2009), uma boa revista precisa de uma capa que ajude a conquistar leitores e os convença a levá-la para casa. “Capa, como diz o jornalista Thomaz Souto Corrêa, é feita para vender revista. A capa precisa ser o resumo irresistível de cada edição, uma espécie de vitrine para o deleite e a sedução do leitor” (2009, p. 62). Portanto, uma boa capa é feita de notícias quentes e exclusivas. “Como se costuma dizer nas redações, com certo tom de humor: Papa morto vende, Papa vivo, não” (2009, p.63).

Quando *Veja*, acrescenta (SCALZO, 2009), publicou a histórica entrevista exclusiva com Pedro Collor de Mello denunciando o irmão – o então presidente Fernando Collor –, não foi preciso mais nada além de estampar a foto do personagem ao lado da chamada: “Pedro Collor conta tudo”. É o caso típico de uma capa que já nasceu pronta.

Em qualquer situação, uma boa imagem será sempre importante – e é ela o primeiro elemento que prenderá a atenção do leitor. O logotipo da revista também é fundamental, principalmente quando ela é conhecida, e já detém uma imagem de credibilidade junto ao público. Afinal, quando você vê na banca duas revistas com a mesma notícia na capa, você compra aquela na qual confia mais (SCALZO, 2009, p. 63).

São estratégias assim que fazem da capa um espaço especial da revista. Nela está o sucesso ou fracasso de uma edição. Em seu conselho final aos editores, (SCALZO, 2009, p. 64) recomenda: “Olhe para a capa não como um belo quadro, uma obra de arte, mas como um elemento editorial, que tem a função estratégica de definir a compra de seu produto pelos leitores em potencial”. Assim *Veja* edita suas capas, levando em conta o olhar do leitor. Uma verdadeira vitrine, onde está exposto seu principal produto. A capa aqui analisada não é diferente. É o que este trabalho pretende mostrar.

Análise da capa em questão



Fonte: Revista *Veja*, publicada em 19/6/1985

Em 19 de junho de 1985, *Veja* publicou a primeira capa sobre o MST, com o título: “Reforma agrária: Os fazendeiros se armam”, seguido da chamada: “Invasor que pisar aqui leva chumbo. Vem que tem - Trajano Bicalho, guardião da fazenda Camarões no Norte de Goiás”. Para (SAMAIN, 1998), é a fotografia como campo de estudo, lugar de investigação possível, de um reconhecimento das informações, dos signos e das mensagens que ela denota e conota, o terreno de um saber e de uma cultura que posso compreender, desvendar e enunciar nos moldes da ciência.

A fotografia de Trajano exposta na capa da *Veja* lembra a colonização de várias regiões do planeta. Um desses lugares foram o norte e noroeste do Paraná nas décadas de 1930, 1940 e 1950 (TOMAZI, 1999). Jagunços contratados pela companhia colonizadora vigiavam as terras contra possíveis grilagens. Armados, eles obedeciam à ordem do patrão e,

se preciso fosse, matavam para defender as propriedades ou promover a desocupação de novas terras. Nesta capa, *Veja* resgatou a imagem do jagunço, símbolo do Brasil rural de épocas passadas ou mesmo de hoje nos rincões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Utilizou-se do eufemismo “guardião” para não dizer jagunço, já que todas as características da fotografia levam a isso.

Com a utilização desse eufemismo na capa, a revista oculta o poderio do fazendeiro em questão. Mas a imagem do homem armado não deixa dúvidas porque se remete à memória. Se um sujeito de arma em punho vigia uma fazenda fica claro que se trata de um jagunço. Cena comum no Brasil rural, ainda mais na década de 80. Segundo (ORLANDI 1999), a memória está relacionada ao interdiscurso, ou seja, o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-constituído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. “O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 1999, p. 31).

A AD trabalha com a exterioridade que age sobre o sujeito, transformando-o em receptor social histórico: “O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua” (1999, p. 31). Assim se apresenta esta capa. Sentidos do passado, já ditos, ali estão para cumprir uma função: dizer que o MST nascia e começava a invadir propriedades, portanto, os fazendeiros estavam se armando para combatê-lo. E mais. Trata-se de uma imagem produzida. O revólver na cintura, a carabina na mão esquerda e a cerca (símbolo de poder) atrás revelam um cenário artificial. Nesta capa, há uma relação de poder entre os fazendeiros, que se defendem com jagunços armados - e os Sem-Terra, que promovem ocupações de terra e forçam a realização da reforma agrária. Em 1984, um ano antes de a *Veja* publicar a presente capa, nascia o MST, que começava a ocupar terras e a desafiar o poder constituído. O enunciado “Os fazendeiros se armam” traz em sua estrutura um vazio semântico: se armam contra quem?

Embora não esteja dito, pode-se recuperar a ideia de que eles se armam contra os Sem-Terra. No trecho, “invasor que pisar aqui leva chumbo”, há uma referência aos Sem-Terra designada a partir de uma formação discursiva capitalista. Tal designação só é possível como marca de uma filiação à ideologia da propriedade privada. No ano em que esta capa foi publicada nascia a União Democrática Ruralista (UDR), cujo objetivo era combater os Sem-Terra. Trajano Bicalho, guardião da Fazenda Camarões, está a serviço dos ruralistas. Com uma chamada, a fotografia realça o poder visual da capa em questão. Um senhor de chapéu

com uma carabina na mão esquerda e um revólver do lado direito da cintura. O cenário ganha destaque com a cerca, simbolizando divisão e poder.

É bom lembrar: na AD, não menosprezamos a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relação de poder. A imagem que temos de um professor, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições. Desse modo é que acreditamos que um sujeito na posição de professor de esquerda fale “X” enquanto um de direita fale “Y” (ORLANDI, 1999, p. 42).

Portanto, a posição sujeito mostrada pela *Veja* deixa claro que os fazendeiros estão preparados para a guerra. Um pistoleiro de arma na mão reforça a imagem projetada pela classe dominante. De vez em quando, a mídia revela que no Norte do Brasil, especialmente no sul do Pará, pistoleiros executam pessoas para que determinados grupos ou fazendeiros se apossassem de terras para extração de madeira. Em 1985, um sujeito de arma em punho surge na capa da *Veja* dizendo se pronto para atirar em quem adentrar naquela fazenda. A classe dominante reagia ao surgimento do MST. O trecho “Invasor que pisar aqui leva chumbo. Vem que tem” também pode ser analisado pela via do conflito e polêmica. Para os latifundiários é importante que isso aconteça, pois assim eles mostram seu poder e força. Mesmo disfarçadamente, os grandes proprietários de terra estão na capa. “Não adianta os protagonistas jurarem que dispensariam completamente o conflito, que eles só entram na disputa obrigados; de fato, eles estão desde sempre envolvidos nela” (MAINGUENEAU, 2008, p. 113).

Mas para gerar polêmica, neste caso, era preciso fragmentar. E assim fez *Veja*. A reforma agrária, uma luta antiga, entrava na pauta política. Era o fim do regime militar (1964/1985) e o início do período democrático. Os movimentos populares reiniciavam suas lutas. Esta capa da *Veja* não faz referência ao momento em que o Brasil vivia (meados da década de 80). Ao mostrar a força da classe dominante, fragmentou a questão da reforma agrária. Revelou apenas que os grandes fazendeiros estavam preparados para defender suas terras. Deixou de dizer que a terra no Brasil está nas mãos de poucos e que a reforma agrária é uma reivindicação antiga. A fragmentação, segundo (ABRAMO, 2003), pode ser feita por meio das seguintes estratégias: a seleção de aspectos, ou particularidades, do fato e da descontextualização.

A seleção de aspectos do fato que é objeto da atenção jornalística obedece a princípios semelhantes aos que ocorrem no padrão de ocultação. Embora tenha sido escolhido como um fato jornalístico e, portanto, digno de merecer estar na produção jornalística, o fato é decomposto, atomizado, dividido em particularidades ou aspectos, e a imprensa seleciona os que ela apresentará ou não ao público. Novamente, os critérios para essa seleção não residem necessariamente na natureza ou nas características do fato decomposto, mas sim nas decisões, na linha, no projeto do órgão de imprensa, que são transmitidos, impostos ou adotados pelos jornalistas desse órgão (ABRAMO, 2003, p. 28).

Sob o ponto de vista da AD, no entanto, a fragmentação não implicaria no silenciar do outro. O dito da capa só faz sentido pelo não dito, ou seja, só existe o fazendeiro e seu capanga armado porque existe ameaça do “invasor”, os Sem-Terra. Nessa representação de *Veja* da luta de classes, entretanto, o que fica evidenciado é o registro de quem tem a maior força: o fazendeiro e seu poderio de defesa da propriedade. Este é o efeito de sentido que a capa mostra. A revista poderia ter mostrado o outro lado, mas por coerções de sua posição-sujeito ideológica naquele contexto sócio histórico, não o fez. Portanto, sob o viés da AD, implica em se perguntar por que o outro (os Sem-Terra) sofreu esse processo de fragmentação, de tradução semântica de ocupante para invasor?

Nesta capa, *Veja* mostra apenas a versão dos grandes proprietários de terra. “De onde se conclui que o visível é aquilo que se pode ver, o que a sociedade deixa ver e institui que há de ser visto” (DOMENECH, 2011, p. 22).

Considerações finais

Segundo (ROSSI, 1985), o mais correto é dizer que existe atualmente liberdade de empresa, mas não exatamente liberdade de imprensa.

Em outras palavras: há razoável grau de liberdade para um determinado jornal veicular aquilo que lhe parece mais conveniente – respeitadas, é óbvio, as leis vigentes. Mas há sérias restrições ao direito social à informação, ou seja, ao direito que toda sociedade tem de informar e, ao mesmo tempo, veicular informações que lhe interessam (ROSSI, 1985, p. 60).

Tal afirmação possibilita compreender a posição de *Veja* sobre o MST. Uma revista que defende o capital. Sendo os Sem-Terra uma espécie de pedra no sapato. Um movimento que mantém uma história de luta pela mudança social. *Veja*, então, tenta desqualificá-lo. Não basta dizer que o MST é do mal. É preciso mostrar, conforme o manipula nesta capa. Utilizando-se de uma foto montada e métodos tendenciosos de edição, *Veja* macula os Sem-

Terra e os apresenta à sociedade como um bando de desocupados que ameaça invadir propriedades e instalar o caos no país. De acordo com a análise apresentada pelo presente trabalho, a capa de *Veja* sobre os Sem-Terra tenta ofuscar a ideia de que o Brasil precisa de uma reforma agrária.

Reivindicação antiga, a reforma agrária não foi prioridade de nenhum governo brasileiro. A luta pela terra no país vem do Brasil Colônia, passou pela Independência, pela República e chega quase intocável aos dias atuais. Realizá-la fere interesse de latifundiários em cujas mãos estão concentradas as terras brasileiras. O governo do presidente João Goulart (1961/1964) pôs a reforma agrária na pauta política (estava entre as medidas da Reforma de Base por ele anunciadas), mas acabou deposto por um golpe militar.

A capa em questão é o flagrante da parcialidade da grande mídia brasileira. Não quer dizer que haja algum meio de comunicação imparcial. A própria AD nos mostra que neutralidade não existe. Mas o que não se admite é utilizar um meio de comunicação para atacar determinado grupo constituído, como se os Sem-Terra fossem um perigo iminente para o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Porto (Portugal): Editora Presença, Ltda, 1974.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil*. O Longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DOMENECH, Josep C. *A forma do real: introdução aos estudos visuais*. São Paulo: Summus, 2011.

MAINGUENEAU, Dominigue. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ORLANDI, Eni Puccineli. *Análise de discurso – princípios e procedimentos*. Campinas,SP: Pontes, 1999.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SAMAIN, Etienne. Um retorno à Câmara Clara: Roland Barthes e a Antropologia Visual. In: *O Fotográfico*. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1998.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Carla Luciana. *A grande imprensa e a crise política: o caso de Veja*. Disponível em WWW.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimpósio/completos/carlasilva.pdf. Acesso em 25/06/2013.



STÉDILE, João Pedro (Org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da região norte do Estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). *Maringá e o Norte do Paraná: estudo de história regional*. Maringá, PR: Eduem, 1999, p. 51.